

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

**Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)**



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade

Período de Análise: 01/01/2016 a 31/01/2016

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Site eletrônico do MDS
Site eletrônico do MDA
Site Eletrônico do MMA
Site eletrônico do INCRA
Site eletrônico da CONAB
Site eletrônico do MAPA
Site eletrônico da Agência Carta Maior
Site Eletrônico da Fetraf
Site Eletrônico da MST
Site Eletrônico da Contag
Site Eletrônico da CNA
Site Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Ananda da Silveira, Daniele Rocha e Marielle Mattos

Índice

Educação em agroecologia melhora a vida de jovens. Mateus Zimmermann. Site do MDA, 05/02/2016.....	3
Conab beneficia extrativistas com subvenção. CONAB. 08/01/2016.	4
Sem-terra ocupam sede do Incra em Brasília. Victor Martins – Site O Estado de São Paulo. 11/01/2016.....	5
Sem Terra lançam campanha contra agrotóxicos e em defesa da vida – Comissão Pastoral da Terra. 12/01/2016.....	6
Presidente da CNA defende revisão da Política Nacional de Irrigação. CNA. 13/01/2016.....	7
A África sem clichês de um brasileiro. Alexandre Staut – Valor Econômico. 15/01/2016.....	8
Quebradeiras de coco se reúnem em São Luís. Luciene de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente. 19/01/2016.....	10
Nordeste traça estratégias de capacitação do CAR. Barack Fernandes – Site da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura. 20/01/2016	11
CNA defende benefícios previdenciários para produtores. CNA. 22/01/2016.	12
CAR atinge 65% das propriedades do país. Bettina Barros – Valor Econômico. 22/01/2016.....	15
CONTAG participa de projeto para garantir preservação da variedade de sementes. Lívia Barreto – Site da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura. 22/01/2016	16
Projeto Biomas inicia terceira etapa na Amazônia. CNA. 22/01/2016.....	17
MATO GROSSO: Conab discute perspectivas de inclusão socioprodutiva no estado. CONAB. 27/01/2016.....	19
Um estudo sobre a seca na região semiárida. CNA. 28/01/2016.....	20
FAEA sugere instalação de Unidades da CONAB no Interior do Amazonas. CNA. 29/01/2016.....	21
Queremos vida para todos e um Araguaia livre de agrotóxicos. Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 29/01/2016.....	21
Preservar as sementes crioulas é garantir a vida – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. 29/01/2016	23

Educação em agroecologia melhora a vida de jovens. Mateus Zimmermann. Site do MDA, 05/02/2016.

Alunos do Sertão se revezam entre aprendizado em sala de aula e no campo

No interior de Pernambuco, a formação em agroecologia amplia o horizonte dos jovens e fortalece a ligação com o campo e a produção sustentável. Em Glória do Goitá, fica um dos núcleos de ensino do [Serviço de Tecnologia Alternativa](#) (Sertão). No espaço, jovens agricultores aprendem técnicas e tecnologias sociais que permitem ampliar a renda e produzir alimentos saudáveis.

“Aqui temos um aprendizado diferente, uma educação popular que valoriza a realidade da agricultura, o contato com a natureza. Aprendemos e aplicamos, na prática, as tecnologias viáveis”, avalia Ozéias José Barbosa, um dos estudantes da instituição. “Quando plantamos uma produção orgânica, a gente se preocupa mais com a saúde e com a qualidade dos alimentos que estamos produzindo do que com o lucro”, comenta ao defender a produção de alimentos saudáveis.

Com uma metodologia de alternância, onde os educandos passam uma semana no Sertão e três em casa, aplicando os conhecimentos acumulados no curso e pesquisando a história e necessidades de suas comunidades, a formação em agroecologia privilegia a troca de saberes e experiências. Com dois campi – Ibimirim e Glória do Goitá – ambos em Pernambuco, o Sertão já formou mais de três mil jovens no curso de Formação de Agentes de Desenvolvimento Local, formação reconhecida como curso profissionalizante de nível médio pelo Ministério da Educação.

Para Roberto Mendes, um dos educadores do Sertão, a capacitação que a instituição disponibiliza, permite que os jovens pensem formas de melhorar o mundo. “Pensar a agricultura como um todo, com todos os parceiros, levando em conta os saberes que podemos extrair da natureza, impulsiona os jovens e ver a riqueza da agroecologia, da permacultura. Isso amplia os horizontes e, com certeza, melhora a vida deles e das comunidades”.

Tecnologias sociais

Em um rico espaço de demonstração de tecnologia, conhecido como Unidade Pedagógica Produtiva de Orgânicos, os educandos têm a oportunidade de conhecer, na prática, diversas técnicas para a implementação de tecnologias de baixo custo que

melhoram a vida nas propriedades rurais. Lá existem desde biodigestores, que utilizam o estrume dos animais para gerar gás metano substituindo o gás GLP no fogão, até aquecedores solares de baixo custo feitos com canos de PVC e garrafas de refrigerante.

“As inspirações não estão apenas em copiar tecnologias, mas em como se inspirar no que a natureza faz para poder produzir, criando espaço humanos, de forma sustentável”, pontua Ozéias ao lembrar que as tecnologias ensinadas na instituição são fruto da troca de saberes e da construção coletiva. “Podemos ter aprimorado uma ou outra coisa, mas tudo é fruto aqui é fruto da troca de saberes, de uma construção coletiva de alternativas para o produtor rural”.

Organizar a produção

Outra prática que os educandos aprendem e podem levar para suas comunidades é a de organizar as propriedades rurais em zonas de produção. A área mais próxima da residência fica responsável pela produção dos alimentos consumidos pela família e as mais distantes para culturas perenes e a criação de animais.

Como explica Mendes, este tipo de abordagem reduz as distâncias e o esforço para a produção dos alimentos que a família precisa. “Se você faz uma horta há 100 metros de casa e vai lá três vezes ao dia, só ai são 600 metros para ir e vir, em um ano o agricultor vai andar mais de 150 quilômetros só para cuidar de uma horta. Por isso é importante pensar a organização e distribuição da casa, da horta e das produções”.

Para conhecer mais sobre o trabalho do Sertão, a oferta de cursos e vagas acesse o [site da instituição](#).

Conab beneficia extrativistas com subvenção. CONAB. 08/01/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) investiu, em 2015, cerca de R\$ 80 mil no apoio à comercialização da produção extrativista de Minas Gerais. Os recursos foram liberados por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio). A subvenção foi acessada por 53 produtores de macaúba das regiões norte e centro-oeste do estado.

O impacto da política é maximizado quando se observa fatores como a proteção ambiental, a contribuição para a redução do desmatamento e a garantia de renda às populações que possuem formas próprias de organização social. A PGPM-Bio busca

respeitar a ocupação territorial e os recursos naturais como condição para a reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica das comunidades extrativistas, que usam conhecimentos, inovações e práticas tradicionais.

Com o objetivo de ampliar o alcance da política, entre setembro e novembro do último ano técnicos da Conab visitaram 55 associações e cooperativas, a fim de divulgar o programa e capacitar os extrativistas para lidar com a documentação necessária à participação na PGPM-Bio. As visitas foram realizadas em parceria com organizações ligadas aos produtores: associações de moradores, cooperativas, sindicatos rurais, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (Fetae-MG) e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater)

Por solicitação dos agricultores e extrativistas da região, a Conab estuda a possibilidade de incluir novos produtos na pauta de subvenções, como buriti, panã, favela, tamarindo, jatobá, coquinho-azedo e cagaita - produtos considerados de alto potencial na região.

Por meio da PGPM-Bio, o governo federal oferece subvenção a 15 produtos do extrativismo em diversas regiões do país. Os extrativistas individuais ou organizados em associações e cooperativas recebem um bônus na venda do produto coletado nas florestas quando o negócio é realizado por um valor inferior ao preço mínimo fixado pelo governo federal.

Em 2015, a Política beneficiou mais de 5 mil famílias extrativistas em todo o país. Até o início de dezembro, foram aplicados mais de R\$ 4,1 milhões na subvenção.

Sem-terra ocupam sede do Incra em Brasília. Victor Martins – Site O Estado de São Paulo. 11/01/2016

Manifestantes impedem acesso de funcionários do órgão ao prédio e cobram liberação de terras para reforma agrária e cestas básicas

Brasília - O prédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em Brasília, foi ocupado por cerca de 200 manifestantes nesta segunda-feira, 11. O Movimento Social de Luta (MSL) invadiu o local no início da manhã e reivindica a liberação de terras e cestas básicas.

Servidores que tentaram entrar no prédio foram impedidos pelos manifestantes. A reportagem tentou entrar em contato com a assessoria de imprensa do órgão, mas não obteve sucesso. O celular funcional da assessoria também estava desligado.

Sem Terra lançam campanha contra agrotóxicos e em defesa da vida – Comissão Pastoral da Terra. 12/01/2016

Os trabalhadores e trabalhadoras se comprometeram em erradicar o uso de agrotóxicos nas áreas de Reforma Agrária e construir a agroecologia como uma filosofia de vida.

Na tarde desta segunda-feira (11/01), mais de 1.500 trabalhadores Sem Terra se comprometeram em erradicar o uso de agrotóxicos nas áreas de Reforma Agrária e construir a agroecologia como uma filosofia de vida, a partir da “Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos e pela vida” na Bahia.

A campanha foi lançada durante o 28º Encontro Estadual do MST, em Salvador, e trouxe na mística e nos gritos de ordem o desafio de romper com a lógica de produção do capital.

Ao ter terra como simbologia de resistência, luta e identidade, os trabalhadores apontaram os principais desafios encontrados através de uma leitura política do atual cenário social.

Com isso, os Sem Terra afirmaram que existe a necessidade de realizar uma mudança no modelo de produção e defender novas relações sociais baseadas na coletividade e nos valores socialistas.

A campanha permanente de luta contra os agrotóxicos já vem sendo realizada em algumas regiões do estado, como no extremo sul da Bahia.

Na região, a proposta foi fortalecer a produção agroecológica nos assentamentos de Reforma Agrária com formação política e técnica, através da Escola Popular de Agroecologia e Agrofloresta Egídio Brunetto.

Com a campanha, os trabalhadores se comprometeram a construir, no mínimo, um assentamento agroecológico por brigada em todo estado.

De acordo com Evanildo Costa, da direção estadual do MST, nosso encontro está cheio de intervenções, “temos a necessidade concreta de realizar o debate da agroecologia e construir coletivamente esta pauta, que a mais de 10 anos vem sendo debatida pelo Brasil a fora”.

“Se os trabalhadores se desafiarem a construir um modelo de produção diferenciado, nós não podemos esperar que o Congresso Nacional tome a iniciativa. Precisamos construir na prática a agroecologia e fortalecer o debate nos assentamentos”, apontou.

No final do ato, foi distribuído diversos bonés com o símbolo da campanha, reafirmando o compromisso com os trabalhadores em produzir sem agrotóxicos nos assentamentos do MST na Bahia.

“Produção com agroecologia, a favor da terra e contra a burguesia”, tornou-se o lema da campanha.

Presidente da CNA defende revisão da Política Nacional de Irrigação. CNA. 13/01/2016.

Brasília (13/01/2016) – O presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), João Martins, defendeu a revisão da Política Nacional de Irrigação, sancionada há dois anos pela presidente Dilma Rousseff para tentar alavancar a atividade irrigada no país. Em encontro, nesta quarta-feira (13/01), com o secretário nacional de Irrigação do Ministério da Integração Nacional, José Rodrigues Pinheiro Dória, ele propôs uma parceria com o Governo Federal e os Estados para discutir um novo modelo de irrigação que contemple principalmente os pequenos e os médios produtores rurais.

“Precisamos estimular mais os estados a participar desta política e explorar mais o nosso potencial irrigável. Mas não adianta mostrar apenas o tipo de irrigação que devemos fazer em determinada região, se é por inundação ou por gotejamento. Precisamos de financiamentos porque são projetos caros e os irrigantes são, na sua maioria, pequenos produtores”, justificou João Martins. O Brasil utiliza aproximadamente 20% da área de que dispõe para irrigação, o equivalente a seis milhões de hectares de um total de 30 milhões. Desta forma, uma das propostas é iniciar uma agenda técnica de trabalho para identificar os gargalos e potencialidades.

João Martins também falou sobre a necessidade de promover assistência técnica aos produtores rurais para identificar e acompanhar a aplicação dos métodos mais adequados de irrigação nas propriedades com o objetivo de garantir rentabilidade ao agricultor. “Não adianta fazer nada se não levarmos a assistência técnica para o campo. Também não podemos orientar o produtor a irrigar se a irrigação não for economicamente viável. Precisamos investir naquilo que dá retorno”, afirmou o presidente da CNA. “Os benefícios da irrigação são inegáveis. Por isso, precisamos de um debate amplo, ouvir todos, de acordo com as diversidades e as peculiaridades de cada região”, completou o vice-presidente da entidade, José Mário Schreiner.

O representante do ministério apoiou a proposta da CNA e concordou com a necessidade de maior participação dos governos estaduais na Política Nacional de Irrigação. Ele informou, ainda, que o órgão busca uma parceria com o Banco Mundial para fomentar projetos de irrigação. Ainda sobre o tema, defendeu o uso racional da água e rechaçou as afirmações de que a agricultura seja a “vilã” da má utilização dos recursos hídricos. “Em um primeiro momento, vamos ouvir o que o setor tem a dizer sobre a irrigação e as contribuições da CNA serão fundamentais para uma agenda de trabalho sobre o tema”, disse o secretário.

A África sem clichês de um brasileiro. Alexandre Staut – Valor Econômico. 15/01/2016.

O agrônomo Evaristo de Miranda, recém-empossado chefe-geral da Embrapa Monitoramento por Satélite, já publicou mais de 30 livros sobre sociedades rurais, fauna e ecossistemas. Nos anos 70, fugindo da ditadura militar brasileira, instalou-se em Paris. Uma instituição científica de lá o enviou para o continente africano a fim de estudar a vegetação, a agricultura e a cultura do Níger, na fronteira sul do Saara, entre as etnias hauçá, tuaregue e peul.

O escritor viveu no lugar entre 1976 e 1979 e teve acesso a segredos, rituais e mistérios de diferentes tradições étnicas. Tudo o que presenciou no local pode ser lido agora em "Geografia da Pele", relato memorialístico escrito com domínio estilístico e força narrativa.

A África de Miranda não é a dos safáris fotográficos, entre elefantes e girafas, nem aquela da aridez da geografia. As experiências subjetivas dão o tom ao relato, a modo

de prosadores que souberam captar o continente, como por exemplo, a britânica Doris Lessing (1919-2013), que passou a infância na Rodésia do Sul (hoje, Zimbábue), local que lhe serviu de matéria-prima para diversos livros, entre eles "O Sonho Mais Doce", em que estabelece um paralelo entre intelectuais ingleses de esquerda tomando chá e discutindo política e a África dos anos 80, quando a aids começa a vitimar a população, sem que curandeiros conseguissem criar uma poção mágica para o mal.

Pois bem, a África de Evaristo de Miranda é anterior ao aparecimento da epidemia e o foco é a história oral que lhe foi contada por crianças, velhos sábios e feiticeiros, num momento em que o islã, ali, estava em forte expansão.

O primeiro capítulo dá pistas sobre o título da obra e sobre o fio narrativo. Fala do jovem aventureiro de 20 e poucos anos que chega ao local desconhecido e do homem maduro que hoje percebe que viver na região deixou uma estranha geografia em sua pele, por causa de estranhas vesículas que surgiram nos seus braços e pernas, logo nos primeiros dias.

Sem conhecer ainda o idioma hauçá, demorou a saber que as feridas eram causadas por cantáridas, pequenos besouros verde-metálicos de hábitos noturnos, que não faziam parte da sua lista de pragas que atacam lavouras na África, na França ou no Brasil.

As marcas são tratadas por um guia local contratado por Miranda, com cataplasma de folhas de feijão-de-corda; o ardor passava imediatamente, mas as marcas ficariam para sempre na pele. Um "marabu", designação em comum, em francês como em português, do devoto muçulmano, que na África ao sul do Saara, no entanto, toma ares de curandeiro, adivinho, diz ao geógrafo que, na pele africana, as marcas falam de épocas difíceis, anos de seca, ataques de lagartas, falta de vento, advertências celestes, traições amorosas e quedas de meteoros.

Sai à procura de mais respostas para tais marcas, e o livro então relata uma sucessão de encontros... com um cozinheiro, que Miranda contrata e, em seu banquete teatral africano, faz morcegos fritos; uma menina sem braços que deseja ser parteira, uma das personagens mais marcantes do livro; um ferreiro que guarda o fogo de um vilarejo dentro de uma forja e distribui chamas aos moradores, diariamente.

A relação homem versus natureza está em cada capítulo do livro. Num deles, o autor destaca as "árvores conselheiras". Todos os vilarejos do Sael têm suas "árvores da

palavra". Sob elas, as pessoas se sentam para discutir, tomar decisões, contar histórias, praguejar, tramar, vadiar.

É debaixo de uma dessas árvores que Miranda, agora já inserido na cultura local, descreve uma viagem imaginária e bem-humorada através do Saara, seguido de centenas de moradores locais que desejam chegar a Paris, talvez o presságio da crise migratória da Europa de hoje. Sempre com um cajado nas mãos, não como se fosse um mestre ou guia, mas sim como uma espécie de condutor da história, faz que o leitor olhe uma África diversa daquela que conhecemos, do candomblé, do samba e da capoeira.

Quebradeiras de coco se reúnem em São Luís. Luciene de Assis – Site do Ministério do Meio Ambiente. 19/01/2016

Representantes das quebradeiras de coco babaçu dos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins estão reunidas em São Luís, capital maranhense, nesta terça-feira (19/01), para debater formas de se implementar uma Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPMBio) para o produto do seu trabalho. Elas participam de uma mesa de diálogo e pactuação sobre acesso aos recursos naturais e inclusão social produtiva.

Em nome do Ministério do Meio Ambiente (MMA), a diretora do Departamento de Extrativismo, Juliana Simões, participou da mesa de abertura do evento, no Hotel Veleiros, Ponta D'Areia, em São Luís. Na agenda, debates sobre o uso do Cadastro Ambiental Rural (CAR) como estratégia de proteção dos babaçuais e de aplicação de instrumentos da Lei 12.651/2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa como meios de garantir o acesso das quebradeiras de coco babaçu aos locais de coleta.

SUSTENTABILIDADE

O debate abrange, também, as demandas de regularização fundiária por meio da criação de Unidades de Conservação de uso sustentável e os projetos de assentamentos agroextrativistas. O que as mais de 300 mil quebradeiras de coco do país desejam é dispor de ações que melhorem sua qualidade de vida, garantindo, em paralelo, a conservação do meio ambiente. Para tanto, necessitam de inclusão socioproductiva, assuntos incluídos nas discussões desta terça-feira.

No início de dezembro do ano passado, o MMA instalou uma mesa de diálogo permanente com as quebradeiras de coco babaçu. O grupo tem o objetivo de efetivar a inclusão produtiva dessas milhares de mulheres e esse evento realizado em São Luís deve pactuar agendas no sentido de favorecer, inclusive, o acesso aos recursos naturais.

PRIORIDADES

O MMA identificou quatro áreas prioritárias para a atuação com as quebradeiras de coco babaçu na conservação da biodiversidade, na Política de Garantia de Preço Mínimo para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) e em outras políticas de governo, além de ponderar sobre a ausência de políticas em áreas que tem quebradeiras de coco, explicou a diretora do Departamento de Extrativismo do MMA, Juliana Simões.

As próximas reuniões mensais já estão programadas, sendo que a primeira foi esta de São Luís. A partir de agora, os parceiros do governo, como o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) começam a apresentar propostas de ações que contribuam para a inclusão produtiva das quebradeiras de coco e melhorem a qualidade de vida delas.

Nordeste traça estratégias de capacitação do CAR. Barack Fernandes – Site da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura. 20/01/2016

O secretário de Meio Ambiente da CONTAG, Antonhinho Rovaris, juntamente com a coordenação e assessoria da Regional Nordeste, secretários (as) de Meio Ambiente e assessores (as) das Federações de Alagoas, Paraíba e Pernambuco, estiveram reunidos nessa terça-feira (19), em Recife, Pernambuco, para traçar estratégias de execução do Cadastro Ambiental Rural (CAR), nos três estados.

Ao todo, devem receber a realização do CAR, cerca de 12.535 famílias de 50 municípios do Semiárido Nordeste.

O trabalho será realizado em rede, com investimento na montagem de equipe técnica, coordenação regional e apoio estadual, além disso, cada sindicato ainda receberá um kit contendo: um notebook, uma impressora, um estabilizador e um GPS.

Ao todo, cada estado contará com três capacitações iniciais, abrangendo os 50 municípios atendidos (Alagoas – 10 municípios; Paraíba – 22 municípios e Pernambuco -18 municípios).

“Essa é uma oportunidade para que as Federações e Sindicatos no Nordeste tenham acesso às políticas públicas já conquistadas pelo conjunto do MSTTR. Também de conhecermos onde estão os agricultores (as) familiares, fazermos o processo de sindicalização e ficar bem próximos dos sócios (as)”, destaca a coordenadora da Regional Nordeste, Joana D’Arc Almeida.

Capacitação

“O trabalho terá início com a capacitação do (a) coordenador(a) técnico(a) regional e dos apoios estaduais, com uma Oficina que acontecerá nos dias 28 e 29 de janeiro, em Brasília-DF. Na próxima etapa serão realizadas as capacitações dos municípios com dirigentes, lideranças e funcionários (as) dos STTRs. A proposta é utilizar as parcerias locais dos STTRs com Emater, entidades da Rede Sisater e técnicos(as) jovens da agricultura familiar para a execução do CAR, principalmente identificando e priorizando as pessoas que já participaram das capacitações que realizamos em 2014, e que participaram dos cursos online ofertados pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA)”, reforça o secretário de Meio Ambiente da CONTAG, Antonhinho Rovaris.

Vale ressaltar que o Projeto conta com apoio financeiro do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e do Fundo Socioambiental da CEF (FSA) para apoio à inscrição de imóveis rurais da agricultura familiar, dos povos e comunidades tradicionais no Cadastro Ambiental Rural (CAR), em municípios prioritários do Semiárido Nordestino.

CNA defende benefícios previdenciários para produtores. CNA. 22/01/2016.

Brasília (22/01/2016) – Neste domingo, 24/01, será comemorado o Dia da Previdência Social, em homenagem ao Decreto Eloy Chaves, de 24 de janeiro de 1923, considerado o marco inicial da legislação previdenciária no Brasil. Para a Confederação da

Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a data é de grande importância para os produtores rurais que contribuem significativamente para o desenvolvimento do país.

E para auxiliar na inclusão previdenciária no campo, a CNA firmou um “Acordo de Cooperação Técnica” com o Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e o INSS, visando a inclusão do produtor no banco de dados do INSS, conhecido como CNIS Rural. O Acordo prevê a inserção, por funcionários dos Sindicatos da base da CNA, das informações sobre a atividade rural exercida e a emissão de declaração anual, dos sindicatos rurais. Com isso, o segurado já irá possuir informações no CNIS Rural ao solicitar o benefício.

Para alimentar o Cadastro Nacional de Informações Sociais Rurais (CNIS Rural), do INSS, os colaboradores dos Sindicatos Rurais passam por um treinamento nas respectivas Federações, ministrado por um representante da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social e um funcionário do INSS. Com esse cadastro, os produtores comprovam as declarações fornecidas ao sindicato sobre suas atividades no campo e ficam de acordo com a lei para obter o benefício da aposentadoria.

Categorias previdenciárias destinadas aos produtores rurais - A Previdência Social assegura os direitos de todos que exercem atividade rural, enquadrando em categorias de acordo com o tipo de atividade que desempenham: Segurado Contribuinte Individual, Segurado Especial, Segurado Empregado e Segurado Trabalhador Avulso. Voltado para os produtores rurais, dois obedecem critérios distintos:

- No Segurado Contribuinte Individual, o produtor contribui sobre a alíquota de 20% do respectivo salário de contribuinte e é destinado a todo produtor rural pessoa física que explora atividade agropecuária, com auxílio de empregados ou prepostos.
- E no Segurado Especial, atribuído ao produtor rural pessoa física, que explora atividade agropecuária individualmente ou em regime de economia familiar em área de até quatro módulos fiscais, sem a utilização de empregados permanentes, o produtor contribui com uma alíquota de 2,3% sobre a receita bruta da comercialização da produção rural.

Quem pode se aposentar no meio rural e como solicitar o benefício - A aposentadoria por idade é um benefício devido ao trabalhador que comprovar o mínimo de 180 meses de trabalho, além da idade mínima de 65 anos (homem) ou 60 anos (mulher). Para o

Segurado Especial, a idade mínima é reduzida em cinco anos. No ato da solicitação o beneficiário deve levar, além dos documentos pessoais, os documentos que comprovem a efetiva atividade rural pelo período de mínimo de 15 anos.

Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social – A Comissão tem promovido treinamentos nas Federações, aos técnicos dos sindicatos, para inclusão de informações dos segurados especiais no CNIS Rural. A expectativa deste ano é realizar o treinamento em todos os Estados e aumentar o número de inclusões de informações no Cadastro para auxiliar um maior número de segurados candidatos ao benefício.

Para o assessor jurídico da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência Social da CNA, Cristiano Zaranza, o trabalho de inclusão dos dados do Segurado Especial no sistema CNIS Rural é fundamental para que o agricultor obtenha o direito à aposentadoria. “Sem as informações corretas no CNIS Rural, o produtor terá dificuldades em comprovar efetivo exercício da atividade rural pelo período exigido por lei. Visando auxiliá-lo, a Comissão atua efetivamente para que essa barreira não seja mais um impedimento daqui para frente, e para que possa assim, gozar de sua merecida aposentadoria”.

Projeto Cidadania Rural – Para disseminar as informações sobre a legislação previdenciária rural, em 1999, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR) criou, em parceria com a Coordenação de Informações Institucionais do INSS, o Projeto Cidadania Rural. A Entidade já capacitou, por meio de palestras, mais de 15 mil produtores e profissionais ligados ao setor. Também elaborou, juntamente com outras entidades, a “Cartilha de Orientação: Previdência Social e SENAR nas Operações do PAA e PNAE”, voltada aos pequenos produtores, associações e cooperativas de produtores rurais.

Para 2016, o SENAR pretende retomar a parceria formal para execução do Projeto Cidadania Rural nas ações do programa de Educação Fiscal, da Receita Federal, e do programa de Educação Previdenciária, do INSS. Além disso, promoverá a revisão dos materiais publicados, adequando-os às regras do Reinf e eSocial, com implantação prevista para setembro de 2016.

Segundo a chefe do Departamento de Administração e Finanças, do SENAR, Rosanne Curi Zarattini, o projeto representa o resgate da cidadania no meio rural. “A conscientização promovida pelas ações do projeto resgata a cidadania e a importância

do produtor rural no cenário atual. Nosso setor protagoniza uma história de sucesso e é com conhecimento que avançaremos ainda mais”, afirma.

CAR atinge 65% das propriedades do país. Bettina Barros – Valor Econômico. 22/01/2016.

Cerca de 2,25 milhões de imóveis rurais do país já realizaram o Cadastro Ambiental Rural (CAR), ferramenta criada pelo governo federal para mapear as propriedades rurais brasileiras e facilitar a gestão ambiental do país. O montante perfaz quase 65% das propriedades rurais brasileiras.

Segundo o Serviço Florestal Brasileiro, dados até 31 de dezembro de 2015 apontavam para uma área cadastrada de 258 milhões de hectares - mais de sete vezes o território da Alemanha -, de um total de 398 milhões de hectares.

A região Norte lidera os cadastrados, segundo informou hoje o governo, com 82% do total de área cadastrável já contemplada (ou 77 milhões de hectares). Em seguida vem a região Sudeste, com 63% das propriedades já cadastradas (35,5 milhões de hectares de uma área rural de 56,5 milhões de hectares), e o Centro-Oeste, com 63% de cadastrados (81,5 milhões de hectares do total de 130 milhões de hectares).

Sul e Nordeste continuam com baixa adesão: 31,5% (13 milhões de hectares cadastrados, de 42 milhões) e 35,5% (27 milhões de 76 milhões de hectares), respectivamente.

Obrigatório a todos os donos de terra no Brasil, o CAR é uma espécie de "raio X" rural, em que o produtor insere no site do governo imagens com coordenadas geográficas da propriedade e suas características, como área rural consolidada, presença de rios, florestas, estradas e instalações. A ferramenta é considerada um avanço na gestão territorial do país porque associa o cadastro à regularização ambiental.

Para o diretor-geral do Serviço Florestal Brasileiro, Raimundo Deusdará, o importante é que o ritmo de inscrições no CAR vem sendo mantido, mês a mês. "Temos uma média de mais de cinco milhões de hectares cadastrados todo mês, o que é uma área considerável", disse. Segundo Deusdará, o ritmo de inscrições deve se acelerar, na medida em que se aproxima o fim do prazo, em maio deste ano.

CONTAG participa de projeto para garantir preservação da variedade de sementes. Lívia Barreto – Site da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura. 22/01/2016

Como preservar e utilizar a diversidade dos vegetais que utilizamos para a sobrevivência humana – por meio da alimentação e de outros usos - em todo o mundo em um cenário de tantas mudanças climáticas? Uma das soluções encontradas por instituições especializadas é conservar sementes de diversas espécies em bancos genéticos e compartilhá-las para que os cultivos se fortaleçam, garantindo segurança e soberania alimentar para os países.

Especialistas do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) trabalham em um projeto para construir um tratado entre Brasil, Uruguai e Paraguai para que os bancos de germoplasma fitogenéticos (locais onde são guardadas as sementes, principalmente) sejam compartilhados entre os três países.

O compartilhamento desses bancos é importante para garantir acesso às sementes dos principais cultivos alimentares, adaptados a cada região e localidade, e também garantir a possibilidade de resgatar espécies perdidas em catástrofes climáticas (como seca ou excesso de chuvas) ou por falta de utilização.

Trata-se do Projeto LANIIT: Rede Latino-Americana de Implementação do Tratado Internacional sobre Recursos Fitogenéticos na Alimentação e Agricultura. O projeto tem um Comitê Gestor, do qual participam de representantes de instituições públicas de pesquisa dos três países e representantes da sociedade civil, inclusive a CONTAG.

Nesta semana, membros do Comitê Gestor e outros colaboradores reuniram-se 18 a 22 de janeiro em Florianópolis (SC) para elaborar o Plano Estratégico do Projeto LANIIT. A expectativa do grupo de trabalho é finalizar o plano estratégico até o final de março de 2016 para que ele seja apresentado aos financiadores, em Roma. A previsão é de que o plano tenha cinco anos de implementação. Há prioridade de trabalho para cinco cultivos alimentares: feijão, milho, arroz, trigo e mandioca.

A participação da CONTAG nesse projeto é fundamental para garantir processos participativos, o controle social e o direito dos agricultores familiares brasileiros a ter acesso aos meios de compartilhamento de sementes, para garantir segurança e soberania alimentar para nosso País.

Em 2015 foram realizados workshops nas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste do Brasil e um workshop em Montevidéu, contemplando a Região Sul, o Uruguai e o Paraguai.

Nos workshops foram apresentados diversos trabalhos apontando os cenários atuais e futuros para o uso e conservação dos recursos fitogenéticos* no âmbito das mudanças climáticas, para estimular discussões para contribuir para a elaboração do Plano Estratégico do Projeto LANIIT.

O plano deverá contemplar eixos importantes como a conservação e uso dos recursos genéticos, manejo da agrobiodiversidade, gestão e inovação institucional, redes de conhecimento e marco legal e políticas públicas.

*Os recursos fitogenéticos são como o material genético de origem vegetal que tem um valor real ou potencial, destinado para a alimentação e para a agricultura. Esses recursos têm sido conservados e desenvolvidos pelos agricultores de forma tradicional e são a base para desenvolver novas variedades de vegetais e tecnologias de cultivos.

Projeto Biomas inicia terceira etapa na Amazônia. CNA. 22/01/2016.

Marabá/Pará (22 de janeiro de 2016) - Mais uma etapa de pesquisa do projeto Biomas se inicia na Amazônia. Na primeira quinzena de janeiro, três subprojetos começaram suas atividades de campo: medição de árvores de paricá, coleta de solo para análises físico-químicas e o plantio de milho nas entrelinhas do eucalipto dentro da perspectiva da integração lavoura-pecuária-floresta - ILPF.

Segundo o engenheiro florestal Alexandre Mehl Lunz, pesquisador da Embrapa Amazônia Oriental e coordenador regional do Biomas Amazônia, as primeiras ações de pesquisa de 2016 começaram mais tardiamente em comparação aos anos anteriores. "Enquanto nas estações chuvosas anteriores (2013/14 e 2014/15) os trabalhos de campo começaram em dezembro, o período referente a 2015/16 se inicia efetivamente em janeiro devido à demora no estabelecimento regular das chuvas na região", completa.

Os pesquisadores fizeram a medição de 588 árvores de paricá (*Schizolobium parahyba* var. *amazonicum*), que nesse período completaram exatamente um ano de plantadas. O objetivo, de acordo com o coordenador dessa ação, Alexandre Lunz, é acompanhar o desenvolvimento das plantas mediante os diferentes tratamentos testados, como adubação química convencional e testes com microrganismos indutores de crescimento, como fungos e bactérias.

Na área do projeto de Integração Lavoura-Pecuária-Floresta iniciou-se o terceiro ano agrícola plantando milho em sistema de plantio direto para que, junto com a adubação em cobertura, haja a distribuição das sementes de capim *Brachiaria*. Após a colheita do milho, o gado bovino será inserido no sistema. "Esse terceiro componente, que é a pecuária, entrará no sistema e ocupará o espaço entre as árvores de eucalipto (floresta), após os três ciclos de cultivo de grãos: lavouras de milho, depois soja e novamente milho", explica o pesquisador Roni de Azevedo, da Embrapa Amazônia Oriental.

Já em área de sistema silvipastoril, os pesquisadores estão iniciando o plantio da pastagem, "o que permitirá a entrada dos animais para dar início as avaliações de ganho de peso animal", explica a pesquisadora Gladys Martinez, da Embrapa Amazônia Oriental.

Recursos

O projeto Biomas, que é fruto de uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), conta agora com recursos do BNDES. "Levamos um tempo razoável no segundo semestre de 2015 para nos adequar à nova realidade financeira do Projeto Biomas, de modo que agora conseguimos estar de acordo com as novas exigências e finalmente nos voltarmos ao objetivo do projeto, que é fazer ciência através dos plantios e suas avaliações", destaca Alexandre Lunz. A terceira fase de plantios do Bioma Amazônia prossegue nos meses seguintes, especialmente em projetos envolvendo pesquisas com áreas de reserva legal (ARL) e de sistemas de produção (ASP), até o final de março.

O Projeto Biomas

O Projeto Biomas, iniciado em 2010, é fruto de uma parceria entre a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), com a participação de mais de quatrocentos pesquisadores e professores de diferentes instituições, em um prazo de nove anos.

Os estudos estão sendo desenvolvidos nos 6 biomas brasileiros para viabilizar soluções com árvores para a proteção, recuperação e o uso sustentável de propriedades rurais nos diferentes biomas.

O Projeto Biomas tem o apoio do SENAR, SEBRAE, Monsanto, John Deere e o financiamento do BNDES.

MATO GROSSO: Conab discute perspectivas de inclusão socioprodutiva no estado. CONAB. 27/01/2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) promove, nesta quarta-feira (27), diálogo sobre a inclusão socioprodutiva com representantes de cooperativas, associações, extrativistas e órgãos ligados à agricultura e ao extrativismo do estado de Mato Grosso. O evento acontecerá em Várzea Grande e entre os presentes estarão o diretor de Política Agrícola e Informações da Conab, João Marcelo Intini, prefeitos, integrantes dos ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Meio Ambiente (MMA), entre outros.

Este encontro faz parte do painel “Desafios para a Implementação da Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade”, ação que objetiva mostrar as possibilidades de acesso da agricultura familiar e dos extrativistas à PGPM-Bio, ampliando as oportunidades de geração de renda, sem afetar os recursos naturais. Também será tratado a execução do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), como um dos principais programas de apoio à comercialização da produção familiar.

Desenvolvido pela Conab, a PGPM-Bio tem como parceiro o MDA e dá sequência a outro diálogo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) com as quebradeiras de coco babaçu do Maranhão.

A intenção é criar um plano de trabalho para atender demandas dos extrativistas do estado, visando a ampliação dos programas no Estado, discutindo possibilidades de apoio comercial a produtos como a borracha extrativa, o pequi, o baru, a castanha do Brasil, a mangaba e o babaçu.

Por meio da Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio), o governo oferece subvenção a 15 produtos do

extrativismo. De forma individual ou organizada em associações e cooperativas, os participantes recebem um bônus na venda do produto coletado nas florestas, quando a comercialização é realizada por um valor menor que o do preço mínimo fixado pelo governo federal.

Executada desde 2009, a política garante renda ao extrativista, o que permite a manutenção da atividade e a sustentabilidade social, ambiental e econômica junto às comunidades que vivem preservando as matas nativas de suas regiões. Nos últimos sete anos, foram aplicados mais de R\$ 27 milhões na política.

Um estudo sobre a seca na região semiárida. CNA. 28/01/2016.

Recife / Pernambuco (28 de janeiro de 2016) - O professor do curso de Engenharia de Energia, da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Rômulo Menezes apresentou trabalho de sua autoria sobre “*Estimativas da produção e demanda de forragem na região semiárida*”, a um grupo de dirigentes de entidades rurais estaduais, sediadas no Recife. O encontro aconteceu nessa terça-feira, 26 de janeiro, na sede da Federação da Agricultura do Estado de Pernambuco - FAEPE.

O estudo tem como objetivo avaliar as repercussões econômicas e ambientais no semiárido pernambucano e servirá de base para orientar a implantação de políticas públicas no meio rural do Agreste e Sertão do Estado. Em sua fala, Rômulo destacou que as secas severas causam perdas significativas dos rebanhos de ruminantes na região semiárida e, por falta de forragem, grande parte dos animais morrem, são abatidos ou exportados para outras regiões. Em 2012, Pernambuco se deparou com esse colapso. Para evitar que isso volte a acontecer, o palestrante destaca a importância de as entidades implantarem uma metodologia de monitoramento da vulnerabilidade do rebanho pecuário na região semiárida do Nordeste, com base em dados de produção e demanda de forragem. “Essas informações vão apontar a capacidade de adaptação para eventos de seca extrema”, frizou Rômulo.

Segundo o presidente da FAEPE, Pio Guerra, para que a iniciativa se concretize com eficiência é imprescindível integrar o diálogo entre os atores do segmento, porque eles conhecem a realidade diária da agropecuária em Pernambuco. “É necessário que os pesquisadores estejam atentos as deficiências apontadas pelos produtores. Como também, que as instituições tornem acessível aos produtores, informações antecipadas

sobre as futuras projeções climáticas, bem como as estimativas dos prejuízos ocasionados por uma estiagem prolongada”, comentou Guerra.

FAEA sugere instalação de Unidades da CONAB no Interior do Amazonas. CNA. 29/01/2016.

Manaus / Amazonas (29 de janeiro de 2016) - A Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas – FAEA formalizou pleito ao presidente da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, Lineu Olímpio de Souza, de instalação de unidades da CONAB em alguns municípios do interior do Amazonas, com o objetivo de ampliar o acesso dos produtores rurais amazonenses as importantes ações e programas que a Superintendência Regional do Amazonas da CONAB já vem desenvolvendo, tais como o Programa de Aquisição de alimentos – PAA e o Programa de Venda em Balcão.

Segundo o presidente da FAEA, Muni Lourenço “é estratégica a ampliação da presença física da CONAB no interior de nosso Estado, seja por meio de estruturas próprias ou em cooperação, sobretudo porque a dimensão continental do Amazonas nos leva a fazer tal reivindicação em prol de milhares de produtores rurais”.

Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Amazonas - FAEA
<http://www.faea.org.br/>

Queremos vida para todos e um Araguaia livre de agrotóxicos. Site da Comissão Pastoral da Terra (CPT). 29/01/2016

Após a realização do Primeiro Encontro sobre Agrotóxicos e seus impactos sobre as populações tradicionais do Médio Araguaia, entre os dias 18 e 20 dezembro na cidade de Porto Alegre do Norte (MT), povos e comunidades participantes do encontro divulgaram comunicado denunciando os danos que a monocultura e o uso de agrotóxicos têm causado às populações tradicionais da região e exigindo ações dos poderes públicos.

O encontro contou com a participação de Quilombolas, Retireiros, Pescadores e dos povos indígenas Ápaniekra (Kanela), Apyãwa (Tapirapé), A'uweUptabi (Xavante) e Iny (Karajá) e com o apoio Conselho Indigenista Missionário – regional Mato Grosso

(Cimi-MT), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da Prelazia de São Félix e do Fundo de Solidariedade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

No documento divulgado após o encontro, com apoio do Cimi e da CPT, as populações tradicionais do Médio Araguaia afirmam que são movidos pelos “sentimentos mais profundos de amor ao próximo e à vida, até porque o ar e a água poluídos não só matam e adoecem nossos filhos e familiares, mas também os filhos e demais familiares daqueles que pensam e agem movidos pelo imediatismo e pensando, sobretudo, em suas contas bancárias”.

Os povos e comunidades presentes no encontro abordam as inúmeras situações em que o uso de agrotóxicos pelas monoculturas da região afeta suas vidas, culturas, produções e formas de ser e se relacionar com a vida e a natureza.

O comunicado enfatiza os problemas de saúde que tem sido causados pelo uso de agrotóxicos. Sete casos de aborto ocorridos em uma única semana de 2015 no município de Canabrava do Norte (MT) são citados como exemplo de possível influência dos agrotóxicos na região. “Sabemos disso porque sentimos na pele seus efeitos práticos”, afirma o comunicado, que convida as pessoas a visitarem os postos de saúde e hospitais da região em datas que ocorra a pulverização de veneno, para conferir os problemas causados pelos agrotóxicos.

Além de afetar a saúde e o modo de produção das comunidades tradicionais, a pulverização dos agrotóxicos afeta suas formas de vida. “Nossa região abriga, ainda, muitas comunidades ribeirinhas, camponesas e quilombolas com suas culturas que precisam ser apoiadas porque mostram a maior riqueza que o ser humano pode criar: suas diferentes maneiras de ser, pensar, agir e crer, seus diferentes modos de comer, curar-se e de habitar. Tudo isso vem sendo ameaçado por uma visão unilateral e que se quer única do que seja o progresso humano. São monocultores no sentido mais forte que essa palavra pode ter: só acreditam numa cultura única”.

Os povos e populações tradicionais do Médio Araguaia apresentam, ao fim do documento, uma série de reivindicações aos poderes públicos para reverter os graves danos causados pelo abuso dos agrotóxicos na região, aliados ainda ao preconceito e à violência contra estas populações.

Entre as reivindicações, está a de criação de um Gabinete de Crise pelos governos estadual e federal para investigar as ameaças a lideranças de camponeses, indígenas e defensores dos direitos humanos na região.

Os povos pedem também a investigação dos impactos dos agrotóxicos na saúde das pessoas e no ambiente da região, a revisão da legislação brasileira e a cessação imediata do uso de agrotóxicos proibidos em outros países, além da proteção do ambiente, do rio Araguaia e seus afluentes, dos territórios e das populações tradicionais da região.

“Queremos progresso, sim, mas com o Araguaia e não contra o Araguaia, com o cerrado e não contra o cerrado, com as matas e não contra as matas, com ar e água puros”.

Preservar as sementes crioulas é garantir a vida – Site da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura. 29/01/2016

As sementes crioulas, da paixão, da resistência ou nativas, são aquelas sementes que se adaptaram ao longo de muitas décadas às condições de clima, solos e chuvas, sem passar por processos de melhoramento genético em laboratório, como é o caso das transgênicas. Seu manejo foi desenvolvido por comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos, caboclos, etc.

Contudo, semente crioula é um termo, pois não é reduzido apenas a sementes em si, mas também pode se referir a raízes, como batata, cará, mandioca, entre outros alimentos conhecidos. Também é importante considerar que existem os animais de raças crioulas de porco, caprinos e aves, que, da mesma forma das sementes, foram perdidas pelas comunidades.

As sementes crioulas representam ferramentas importantes para a segurança e soberania alimentar, para a autonomia e para a identidade dos(as) agricultores(as).

No que diz respeito à autonomia dos agricultores(as), vale destacar que atualmente existem projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional que representam grandes riscos, como o PL 827/2015 que as empresas produtoras de sementes comerciais cobrem “royalties” sobre colheita para todos os cultivares que envolvam melhoramento a título de pagamento da propriedade intelectual.

Outro é o PL 3.200/2015 que busca criar as facilidades para a produção e comercialização dos agrotóxicos e anula os avanços obtidos pela Lei 7.802/89.

Outro grande problema é o uso de sementes transgênicas, que demandam pacote tecnológico fechado com o uso obrigatório de adubos químicos e de venenos, para garantir a produtividade prometida. Caso não ocorra alteração da leis e dos PL em tramitação, os agricultores que usam sementes crioulas acabarão tendo que pagar “royalties” as empresas de sementes, caso seus cultivos sejam contaminados pelos plantios transgênicos.

Capacitação de Multiplicadores Valorização e propagação de Sementes e Mudanças Crioulas

Refletindo sobre as sementes crioulas, e sua viabilidade para aplicação na agricultura familiar, a CONTAG vem realizando nas Regiões Norte, Nordeste e no norte de Minas Gerais e do Espírito Santo, o Curso para Formação em Sementes e Mudanças Crioulas, com apoio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial.

Ao todo são 16 Cursos que pretendem estimular o resgate, uso, e multiplicação de sementes e mudas de espécies nativas, pois várias já foram perdidas pela erosão genética, por catástrofe climáticas e pela introdução de variedades melhoradas pelos centros de pesquisa.

“O ganho através do Curso é enorme, pois conseguimos resgatar, conservar e multiplicar variedades de sementes que são plantadas há décadas. Espécies que são resistentes e produzem bem em condições drásticas de variação de temperaturas, falta de água, entre outros fatores. Essas sementes são requeridas e valorizadas pelas comunidades por apresentar características importantes com um feijão de caldo mais saboroso e grosso, um milho melhor para fazer pamonha, uma mandioca que produz mais farinha ou que produz maior quantidade de polvilho. Ao contrário das sementes comerciais que só servem para um plantio, pois não produzem no ano seguinte”, destaca o assessor de Política Agrícola da CONTAG, Ronaldo Ramos, que acompanhou o Curso em Porterinha-MG.

Quem já acompanhou as orientações, aprova a iniciativa da CONTAG, em incentivar a preservação das sementes nativas, que contam com a colaboração da EMBRAPA,

através da participação de alguns pesquisadores especialistas em sementes e mudas em diversos cursos.

“Eu, como agricultor familiar, vejo como muito importante à preservação das sementes crioulas, pois assim, estamos buscando evitar a semente transgênica, e conseqüentemente preservando nossas culturas de mais de 10 mil anos, bem como garantindo nossa saúde e bem estar”, destaca o agricultor Sebastião Pereira, que veio de Pedra de Maria da Cruz-MG, para participar do evento.

“É importante preservar as sementes crioulas, pois é uma semente que já vem da nossa história e que devemos preservar pro resto da vida. Não tem veneno! Estamos fazendo uma coisa certa em não querer outras sementes. Muitos tipos de doenças vem do que estamos comendo, nossa saúde está praticamente acabada e se continuar, vamos ficar todos contaminados(as)”, destaca a trabalhadora rural, Maria Casimira, sócia do Sindicato dos Trabalhadores(as) Rurais de Buritizeiro-MG.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Armando Fornazier, Catia Grisa, Claudia Job Schmitt,
Fábio Luiz Búrgio, Georges Flexor, Jorge Romano,
Karina Kato, Lauro Mattei, Leonilde Medeiros,
Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf,
Silvia Zimmermann, Valdemar João Wesz Junior

Assistentes de Pesquisa
José Renato S. Porto

Secretária
Diva de Faria

op
pa Observatório de Políticas
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 - r. 214

Fax: 21 2224 8577 - r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa